

ENERGISA DISTRIBUIÇÃO  
DE GÁS S.A.

RESULTADOS  
2025

 energisa

**ENERGISA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS S.A.**  
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 19 de março de 2026 – A Administração da ENERGISA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS S.A.

**ENERGISA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS S.A.**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	4.1	1.844	30.659
Aplicações financeiras no mercado aberto	4.2	81.015	-
Tributos a recuperar	5	11	-
Dividendos a receber		20.855	-
Outros créditos		244	-
<b>Total do circulante</b>		<b>103.969</b>	<b>30.659</b>
<b>Não circulante</b>			
Tributos a recuperar	5	3.167	2.104
Partes relacionadas	6	-	5
		<b>3.167</b>	<b>2.109</b>
Investimentos Imobilizado	8	1.986.647 14	1.818.581 -
<b>Total do não circulante</b>		<b>1.986.661</b>	<b>1.818.581</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.093.797</b>	<b>1.851.349</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ENERGISA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS S.A.  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	9	116	328
Impostos e contribuições sociais	10	1.338	172
Participação de empregados e administradores		532	298
Dividendos a pagar	11.4	13.760	1.738
Obrigações estimadas		63	24
Outros passivos		145	125
<b>Total do circulante</b>		<b>15.954</b>	<b>2.685</b>
<b>Não circulante</b>			
Partes relacionadas	6	60	53
Impostos e contribuições sociais	10	63	-
		<b>123</b>	<b>53</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	11.1	1.592.526	652.235
Reservas de capital	11.2	252.128	250.505
Reserva de lucros	11.3	3.822	366
Dividendo adicional proposto	11.4	49.244	5.214
Recursos destinados a futuro aumento de capital	11.5	180.000	940.291
<b>Total patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital</b>		<b>2.077.720</b>	<b>1.848.611</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.093.797</b>	<b>1.851.349</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ENERGISA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2025	2024
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	12	(11)	-
<b>Lucro bruto</b>		<b>(11)</b>	<b>-</b>
Despesas gerais e administrativas	12	(3.970)	(5.500)
Outras receitas		1	-
Equivalência patrimonial	8	70.561	39.492
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos</b>		<b>66.581</b>	<b>33.992</b>
Receitas financeiras	13	4.073	5.477
Despesas financeiras	13	(12)	(4)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b>4.061</b>	<b>5.473</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>70.642</b>	<b>39.465</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	(1.527)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	0	(449)
<b>(Prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>69.115</b>	<b>39.016</b>
<b>(Prejuízo) líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$</b>	14	<b>0,0486</b>	<b>0,0973</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ENERGISA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Prejuízo/Lucro líquido do exercício	14	69.115	39.016
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado:			
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Total de outros resultados abrangentes do exercício</b>		<b>69.115</b>	<b>39.016</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ENERGISA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
 (Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reserva de Capital	Reserva de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos acumulados)	Recursos destinados e futuro aumento de capital	Total
		Reservas de capital	Reserva Legal				
<b>Saldos em 31 de janeiro de 2024</b>	<b>399.814</b>	<b>29</b>	-	-	<b>(31.698)</b>	<b>502.421</b>	<b>870.566</b>
Aumento de capital conforme AGE de 24/04/2024	11.1 252.421	250.000	-	-	-	(502.421)	-
Programa de remuneração variável (ILP)	11.2 -	476	-	-	-	-	476
Lucro do exercício	-	-	-	-	39.016	-	39.016
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	11.3 -	-	366	-	(366)	-	-
Dividendos	11.4 -	-	-	-	(1.738)	-	(1.738)
Dividendos adicionais propostos	11.4 -	-	-	5.214	(5.214)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.5 -	-	-	-	-	940.291	940.291
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>652.235</b>	<b>250.505</b>	<b>366</b>	<b>5.214</b>	-	<b>940.291</b>	<b>1.848.611</b>
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(5.214)	-	-	(5.214)
Aumento de capital conforme AGE de 25/04/2025	11.1 940.291	-	-	-	-	(940.291)	-
Programa de remuneração variável (ILP)	11.2 -	1.074	-	-	-	-	1.074
Transações com investimentos	11.2 -	549	-	-	-	-	549
<b>Lucro do exercício</b>	-	-	-	-	69.115	-	<b>69.115</b>
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	11.3 -	-	3.456	-	(3.456)	-	-
Dividendos	11.4 -	-	-	-	(16.415)	-	(16.415)
Dividendos adicionais propostos	11.4 -	-	-	49.244	(49.244)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.5 -	-	-	-	-	180.000	180.000
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.592.526</b>	<b>252.128</b>	<b>3.822</b>	<b>49.244</b>	-	<b>180.000</b>	<b>2.077.720</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ENERGISA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Geração do valor adicionado:</b>			
Receitas			
Outras receitas		1	-
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais e serviços de terceiros	12	(1.676)	(4.330)
Outros custos operacionais		(37)	(20)
		(1.713)	(4.350)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>(1.712)</b>	<b>(4.350)</b>
Amortização e depreciação		-	-
<b>Valor adicionado líquido</b>		<b>(1.712)</b>	<b>(4.350)</b>
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	8	70.561	39.492
Receitas financeiras	13	4.675	5.744
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>73.524</b>	<b>40.886</b>
<b>Distribuição do valor adicionado:</b>			
<b>Pessoal</b>			
Remuneração direta		1.690	964
Benefícios		61	35
FGTS		32	12
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
Federais		2.613	855
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>			
Juros	13	12	4
Aluguéis		1	-
<b>Remuneração de capitais próprios</b>			
Dividendos	11.4	65.659	6.952
Lucros retidos		3.456	32.064
		<b>73.524</b>	<b>40.886</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ENERGISA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício	14	69.115	39.016
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	7	1.527	449
Equivalência	8	(70.561)	(39.492)
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		(3.120)	
Programa de remuneração variável (ILP)	6	207	-
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>			
Tributos a recuperar		(1.066)	(2.553)
Outros créditos		284	-
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Fornecedores		(223)	328
Impostos e contribuições sociais		(1.973)	1.432
Imposto de renda e contribuição social pagos		(75)	(1.260)
Obrigações estimadas		39	24
Outras contas a pagar		216	422
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>(5.630)</b>	<b>(1.634)</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Partes relacionadas		32.744	(5)
Subscrição de ação Aumento de capital em controladas		(200.000)	(935.347)
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(33.032)	-
Aplicações no imobilizado		(14)	-
Recebimento de dividendos		727	33.281
Outros investimentos - contra escrow	8	5.990	(5.990)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>		<b>(193.585)</b>	<b>(908.061)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Partes relacionadas		7	53
Pagamento de dividendos		(9.607)	
Recursos destinados a futuro aumento de capital		180.000	940.291
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>		<b>170.400</b>	<b>940.344</b>
<b>Variação líquida do caixa</b>		<b>(28.815)</b>	<b>30.649</b>
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	4.1	30.659	10
Caixa mais equivalentes de caixa finais	4.1	1.844	30.659
<b>Variação líquida do caixa</b>		<b>(28.815)</b>	<b>30.649</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**ENERGISA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras para o**  
**exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

## 1. Contexto operacional

A Energisa Distribuição de Gás S/A (Companhia, EDG) é uma sociedade por ações de capital fechado, brasileira, com sede na cidade de Cataguases - MG, sob o controle acionário da Energisa S/A, que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades em especial naquelas em que o objetivo principal é a exploração de concessões de serviço público de distribuição de gás canalizado e outros serviços correlatos.

### 1.1 Incorporação de Companhia controlada

Em 19 de dezembro de 2025, através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) dos acionistas da Companhia aprovaram a incorporação da controlada Energisa Distribuição de Gás Nordeste S.A. (EDGNE). A incorporação poderá gerar consideráveis benefícios às Partes, de ordem administrativa, econômica e financeira, incluindo: (i) racionalização e simplificação da estrutura societária, e, conseqüentemente, consolidação e redução de gastos e despesas operacionais combinadas; (ii) união dos recursos empresariais e patrimônios, permitindo a melhor gestão de operações e de ativos e emprego dos recursos operacionais e financeiros; (iii) consolidação das participações acionárias detidas pelas Partes em outras sociedades operacionais; e (iv) maior integração operacional das Partes, que permitirá um melhor aproveitamento de sinergias já existentes e a novas formas de complementação entre as atividades sociais. Por fim, para a concretização da operação, o patrimônio líquido da controlada foi avaliado na data base de 31 de outubro de 2025, com base no valor contábil, conforme Laudo de Avaliação Contábil para Fins de Incorporação, emitidos por peritos avaliadores. O acervo líquido contábil avaliado está apresentado como segue:

	2025
Caixa e Equivalente de Caixa	59
Aplicação Financeiras no Mercado Aberto	44.712
Tributos a Recuperar	72
Partes Relacionadas	33.084
Participações societárias permanentes <sup>(1)</sup>	891.708
Fornecedores	(12)
Tributos e contribuições a pagar	(1.555)
Outras contas a pagar	(22)
<b>Acervo líquido</b>	<b>968.046</b>

<sup>(1)</sup> Inclui: (i) o montante de R\$366.152 referente a participação societária da controlada em relação ao patrimônio a valor contábil; (ii) R\$515.240 referente a mais valia, deduzido do imposto de renda e contribuição social diferida no montante de R\$175.182; e (iii) R\$185.498 de ágio apurado na aquisição da Norgás S/A em dezembro/2024, conforme mensurado no *Purchase Price Allocation (PPA)*.

Inexistência de relações de substituição: A incorporação foi realizada sem relação de substituição das ações de emissão da EDGNE por ações da EDG, tendo em vista que (i) a Incorporadora é titular da totalidade das ações de emissão da Incorporada; (ii) a Operação não acarretará aumento de capital social na Incorporadora; (iii) a Operação não implicará emissão de novas ações pela Incorporadora; e (iv) não haverá migração de qualquer acionista da Incorporada para o capital social da Incorporadora.

A incorporada EDGNE possuía a participação de 51% das ações da Norgás S/A. Com o processo de incorporação realizada essa participação passou a pertencer a incorporada EDG, não havendo mudanças nas participações.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as *IFRS Accounting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), os pronunciamentos contábeis e interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Adicionalmente, administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram autorizadas pela Diretoria em 19 de março de 2026.

### 2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e foram elaboradas com base no custo histórico.

### 2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração faça o uso julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

## 3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

### 3.1 Políticas contábeis materiais

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** – Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;
- b. **Tributos a Recuperar** - Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável;
- c. **Investimentos** – os investimentos em controladas, direta e indireta, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço;
- d. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** – os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;

- e. **Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente** – os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor esperado recuperado ou pago às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes ou substancialmente promulgadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 mil no período de apuração. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, após as adições e exclusões previstas na legislação tributária.

Ativos e passivos fiscais correntes são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui o direito legal de compensá-los perante a mesma autoridade tributária e a legislação tributária permite a liquidação pelo montante líquido. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionam com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e quando há intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em conformidade com o ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza.

- f. **Lucro por ação** – o lucro por ação básico e diluído são calculados por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável;
- g. **Dividendos** – os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- h. **Instrumentos financeiros.**

O CPC 48 simplificou o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabeleceu três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado (“VJR”); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Quanto ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve alterações significativas em relação aos critérios atuais, com exceção ao reconhecimento de mudanças de risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

#### **Ativos financeiros:**

Reconhecimento inicial e mensuração – são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

**Mensuração subsequente** - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

#### Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o

funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

**Passivos financeiros:**

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2025, compreendem saldos a pagar a fornecedores.

**Reconhecimento inicial e mensuração** – os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

**Mensuração subsequente** – a mensuração de passivos financeiros é como segue:

**Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** – passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de “*hedge*” nas relações de “*hedge*” definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de “*hedge*” eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

**Passivos financeiros ao custo amortizado** – após o reconhecimento inicial, de empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

**Desreconhecimento:**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

### Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- i. **Demonstração do valor adicionado** – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09 / CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

### 3.1 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB – *Intentional Accounting Standards Board*

#### (i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

#### (ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de “uso próprio”, entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

#### 4. Caixa e equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras foi constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira foi de 99,5% do CDI em 2024.

##### 4.1. Caixa equivalente de caixa

	2025	2024
<b>Caixa e depósitos bancários à vista</b>	<b>1.844</b>	-
<b>Aplicações financeiras de liquidez imediata</b>		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	30.659
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa – circulante <sup>(1)</sup></b>	<b>1.844</b>	<b>30.659</b>

<sup>(1)</sup> As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

##### 4.2. Aplicações financeiras no mercado aberto

	2025
<b>Fundos de investimentos exclusivos <sup>(1)</sup></b>	
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	51
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	43
Compromissadas	6.093
Fundo Multimercado	8.965
Fundo de Renda Fixa	42.934
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	9.939
Letra Financeira (LF)	9.513
Nota de Crédito (NC)	115
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	1.534
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	1.828
<b>Total de aplicações no mercado aberto – circulante</b>	<b>81.015</b>

<sup>(1)</sup> Fundos de investimentos exclusivos são estruturados com o objetivo de maximizar a rentabilidade com o menor nível de risco.

A rentabilidade média ponderada da carteira em 2025 equivale a 100,3%.

#### 5. Tributos a recuperar

	2025	2024
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	2.828	1.879
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	350	225
<b>Total</b>	<b>3.178</b>	<b>2.104</b>
<b>Circulante</b>	<b>11</b>	-
<b>Não circulante</b>	<b>3.167</b>	<b>2.104</b>

## 6. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Energisa S/A, 100% do capital total.

Transações efetuadas durante o exercício:

	Serviços contratados (despesas) <sup>(1)</sup>	Atualização contratos de mútuo <sup>(2)</sup>	Saldo a pagar (fornecedores) <sup>(1)</sup>	Saldo a receber / (pagar) – Contrato de Mútuo <sup>(2)</sup>	Recursos destinados para futuro aumento de capital <sup>(3)</sup>
Energisa S/A	(173)	(8)	(36)	(60)	(180.000)
Companhia de Gás do Espírito Santo – ES Gás	-	-	-	-	200.000
<b>2025</b>	<b>(173)</b>	<b>(8)</b>	<b>(36)</b>	<b>(60)</b>	<b>20.000</b>
<b>2024</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>(48)</b>	<b>(940.291)</b>

<sup>(1)</sup> Serviços compartilhados de rotinas administrativas - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos recursos humanos, contabilidade, faturamento, suprimentos, infraestrutura, gestão de serviços e serviços financeiros. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANEEL e firmado em 02 de janeiro de 2025 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual

<sup>(2)</sup> O contrato de mútuo firmado com a controladora a partir de agosto de 2024, são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício de 2025 em média de CDI + 1,1144% a.a. (CDI + 0,9159% a.a. em 2024). Os mútuos possuem prazo de 24 meses, nos termos de contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos;

<sup>(3)</sup> Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados;

### Remuneração dos administradores:

	2025	2024
Remuneração da Diretoria	1.488	488
Outros Benefícios <sup>(1)</sup>	659	97

<sup>(1)</sup> Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de dezembro de 2025 foram de R\$74 e R\$50 (R\$74 e R\$50 em 2024) respectivamente. A remuneração média em 2025 foi de R\$62 (R\$62 em 2024).

### Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um plano de (ILP). Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em *units* da Companhia, até o limite previsto de 0,5% do capital social da Companhia, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela Companhia em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um programa de concessão de ações (*units*) em andamento: 8º Programa, que se divide em três, sendo dois de Restricted Shares (Matching, Extraordinário) e um de Performance Shares, ambos iniciados em maio de 2025, ambos com encerramento do vesting previsto para maio de 2028.

O 8º Programa de Performance Shares são associados as condições de performance Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGI11), que ao final do período de vesting, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 8º Programas de Restricted Shares são associados ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de *units*

ENGI11 e, após o período de vesting, caso não tenha ocorrido nenhuma movimentação nas *units* por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de *units* compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) *unit* adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) *unit*, adicionadas das *units* extraordinárias para os beneficiários elegíveis.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	Controladora	
	8º programa (Restricted Shares)	8º programa (Performance Shares)
Método de Cálculo	Último pregão	Monte Carlo
Total de opções de Ações ( <i>units</i> ) outorgadas	11.330	11.330
Opções de Ações ( <i>units</i> ) prescritas	N/A	N/A
Data da aprovação do Conselho de Administração	08/05/2025	08/05/2025
Data de início <i>vesting</i>	12/05/2025	12/05/2025
Prazo de carência	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	N/A	13,47%
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	N/A	DI1J2028
Volatilidade <sup>(1)</sup>	N/A	26,73%
Valor justo na data da outorga	R\$45,05	R\$41,38
Movimentação	Em operação	Em operação

<sup>(1)</sup> Volatilidade e correlação entre os preços de ação da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (Índice de Energia Elétrica e seus pares) para o *Total Shareholder Return* (TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Para os programas em operação não há opções exercíveis ou expiradas em 2025.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (*units*) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pró rata *temporis*", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações (*units*).

No exercício de 2025, foram contabilizados R\$207, decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica custos e despesas operacionais - Programa de remuneração variável (ILP) O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido acumulado em 2025 foi de R\$1.579 (R\$505 em 2024).

## 7. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a movimentação dos créditos tributários, estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	70.642	39.465
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas fiscais nominais	(24.018)	(13.418)
Ajustes:		
Resultado de equivalência patrimonial	23.991	13.427
Incentivo fiscal – Outros <sup>(1)</sup>	13	1
Créditos tributários líquidos constituídos no exercício	427	(439)
Efeito tributário dos juros sobre capital próprio (JCP)	(1.647)	-
Outros ajustes	(293)	(20)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(1.527)</b>	<b>(449)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>2,16%</b>	<b>1,14%</b>

<sup>(1)</sup> Referem-se, basicamente, a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como: PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006.

## 8. Investimentos

	2025	2024
Participação em controladas	1.986.647	1.812.591
Outros investimentos	-	5.990
<b>Total</b>	<b>1.986.647</b>	<b>1.818.581</b>

Participação em controladas:

Controladas	2025									
	Informação sobre as controladas							Informação sobre o investimento da controladora		
	Capital Social	Nº ações detidas	%	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Mais Valia/Ágio <sup>(1)</sup>	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
ES Gás	781.32	636.166	100	1.954.04	852.526	1.101.517	-	33.225	33.225	1.101.517
EDGNE <sup>(1) (2)</sup>	-	-	-	-	-	-	-	30.223	30.223	-
NORGAS <sup>(2)</sup>	240.14	57	51	737.478	29.408	708.070	524.015	107.035	7.113	885.130
<b>Total</b>									<b>70.561</b>	<b>1.986.647</b>

<sup>(1)</sup> Inclui: (i) R\$512.906 referente a mais valia, deduzido do imposto de renda e contribuição social diferida no montante de R\$174.388; e (ii) R\$185.498 de ágio apurado na aquisição da Norgás S/A em dezembro/2024, conforme mensurado no *Purchase Price Allocation (PPA)*.

Controladas	2024									
	Informações sobre as controladas							Informações sobre o investimento da controladora		
	Capital Social	Nº ações detidas	%	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos	
ES Gás	781.326	636.166	100	2.150.423	1.275.107	875.316	37.564	37.564	37.564	875.316
EDGNE <sup>(1)</sup>	432.155	632.155	100	1.130.264	192.989	937.275	1.058	1.928	1.928	937.275
<b>Total</b>									<b>39.492</b>	<b>1.812.591</b>

<sup>(1)</sup> Aquisição da Energisa Distribuição de Gás Nordeste S/A – EDGNE

Em 06 de novembro de 2024 a controlada EDG concluiu a aquisição de ações ordinárias representativas de 100% (cem por cento) do capital social total e votante da sociedade Infra Gás e Energia S.A. – (atualmente denominada Energisa Distribuição de Gás Nordeste S.A.). (EDGNE) prevista no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado em 10 de maio de 2024, conforme aditado em 19 de julho de 2024. Também, na mesma data, foi concluída a operação contemplando a aquisição, pela EDGNE, de ações representativas de 51% do capital social total e votante da Norgás S/A, *holding* detentora das participações societárias em DISTRIBUIÇÕES de gás natural localizadas nos estados de Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Sergipe.

Especificamente com relação à participação detida pela Norgás na Sergipe Gás S/A (Sergás), no contexto do exercício de determinados direitos de preferência por parte do Estado de Sergipe, em 27 de setembro de 2024, o Estado de Sergipe celebrou contratos de compra e venda de ações que regulam a aquisição da totalidade da participação societária detida pela Norgás na Sergás. Após a verificação das condições precedentes e o fechamento dessa transação envolvendo a Norgás e o Estado de Sergipe, em 18 de dezembro de 2024 a Norgás deixou de ser acionista da Sergás, recebendo por essa operação o valor de R\$132.522 em 18 de dezembro de 2024.

O quadro abaixo apresenta as participações societárias detidas pela Norgás nas DISTRIBUIÇÕES de gás natural localizadas nos estados de Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco:

Empresas	Participação no capital votante	Participação no capital total
Gás de Alagoas S/A	17,4%	29,4%
Companhia de Gás do Ceará	17,4%	29,4%
Companhia Pernambucana de Gás	24,5%	41,5%
Companhia Potiguar de Gás	49,0%	83,0%

O valor total do investimento da EDG na operação foi de R\$935.347.

**Período de mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):**

A Administração da Companhia efetuou a mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos para alocação do preço de aquisição das companhias apresentadas a seguir de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) – “Business Combination” na data da aquisição. A seguir, são apresentados os valores justos dos ativos e passivos preliminares identificáveis adquiridos na data da combinação de negócios.

Valor justo dos ativos adquiridos	745.107
% de participação	100%
Valor da participação	745.107
Valor de aquisição	935.347
Resultado auferido na combinação ne negócios	190.240
Data da aquisição	06 de novembro de 2024

Segue as informações financeiras da empresa, na data da aquisição:

	EDGNE
Caixa e equivalentes de caixa	941
Outros ativos circulantes	13.954
Intangível – contrato de concessão	545.581
Investimentos	374.871
Impostos e contribuições sociais diferidos	190.240
<b>Caixa e equivalentes de caixa pago na combinação de negócio</b>	<b>935.347</b>

<sup>(2)</sup> Em 19 de novembro de 2025 ocorreu a incorporação da EDGNE pela EDG, como parte resultante dessa operação a Companhia passou a deter ações da Norgás S/A. Vide comentários na nota explicativa 1.1.

**Movimentação dos investimentos:**

Controladas	2024	AFAC	Incorporação	Ganho ou perda <sup>(1)</sup>	Dividendos	Equivalência patrimonial	2025
ES Gás	875.316	200.000	-	867	(7.891)	33.225	1.101.517
EDGNE	937.275	-	(968.046)	548	-	30.223	-
NORGAS	-	-	891.708	-	(13.691)	7.113	885.130
<b>Total</b>	<b>1.812.591</b>	<b>200.000</b>	<b>(76.338)</b>	<b>1.415</b>	<b>(21.582)</b>	<b>70.561</b>	<b>1.986.647</b>

<sup>(1)</sup> No exercício de 2025, foi apurado efeito de equivalência patrimonial no montante de R\$867, referente à implementação do programa de remuneração variável por meio da concessão de ações, denominado Incentivo de Longo Prazo (ILP), das companhias ES Gás. Além disso,

foram reconhecidos R\$548 relacionados a transações entre sócios da oriundo da baixa Sergás.

Controladas	2023	Aquisição capital	Ganho ou perda <sup>(1)</sup>	Dividendos	Equivalência patrimonial	2024
ES Gás	870.557	-	476	(33.281)	37.564	875.316
EDGNE	-	935.347	-	-	1.928	937.275
<b>Total</b>	<b>870.557</b>	<b>935.347</b>	<b>476</b>	<b>(33.281)</b>	<b>39.492</b>	<b>1.812.591</b>

## 9. Fornecedores

	2025	2024
Serviços	116	328
<b>Total - circulante</b>	<b>116</b>	<b>328</b>

## 10. Impostos e contribuições sociais

	2025	2024
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	93	85
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	429	-
Contribuições ao PIS e à COFINS	495	12
Encargos Sociais	369	75
Outros	15	-
<b>Total</b>	<b>1.401</b>	<b>172</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.338</b>	<b>172</b>
<b>Não circulante</b>	<b>63</b>	<b>-</b>

## 11. Patrimônio Líquido

### 11.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$1.592.526 (R\$652.235 em 2024) e está representado por 1.342.014.075 (401.722.966 em 2024) ações ordinárias e 394.177.488(394.177.488 em 2024) ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2025 foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$940.291, mediante a emissão de 940.291.109 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão no valor de R\$1,00 por ação, passando o capital social de R\$652.235 para R\$1.592.526.

Todas novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são, nesta data, totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Energisa S.A., mediante capitalização de valor disponível na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pela acionista até 31 de dezembro de 2024, conforme devidamente reconhecido e registado na escrituração contábil da Companhia.

### 11.2 Reserva de Capital

	2025	2024
Reserva de capital	250.000	250.000
Transações sócios	549	-
Programa de remuneração variável (ILP) <sup>(1)</sup>	1.579	505
<b>Total</b>	<b>252.128</b>	<b>250.505</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável, reflexa da controlada ES Gás através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) no montante de R\$1.579 (R\$505 em 2024), nota explicativa nº 6.

### 11.3 Reserva de lucros – reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

### 11.4 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, calculados conforme segue:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	69.115	39.016
Absorção de prejuízos	-	(31.698)
Reserva legal 5%	(3.456)	(366)
Lucro líquido ajustado	<b>65.659</b>	<b>6.952</b>
Dividendos obrigatórios – 25%	<b>16.415</b>	<b>1.738</b>
Dividendos a pagar- correspondem R\$0,007925454 (R\$0,0043332 em 2024) por total de ações	13.760	1.738
Dividendos pagos em 23 de setembro de 2025 - correspondem R\$0,001528990 por total de ações <sup>(1)</sup>	2.655	-
Dividendo adicional proposto a pagar R\$0,028363333 (R\$0,0065511 em 2024) por total de ações <sup>(2)</sup>	49.244	5.214
<b>Total dividendos</b>	<b>65.659</b>	<b>6.952</b>
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

<sup>(1)</sup> Os dividendos antecipados aprovados pela Reunião de Diretoria de 02 de setembro de 2025, foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de junho de 2025, os quais foram pagos em 23 de setembro de 2025.

<sup>(2)</sup> Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RD.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

### 11.5 Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC

Os recursos destinados para futuro aumento de capital, no montante de R\$180.000 (R\$940.291 em 2024) não são remunerados, estão registrados na controladora Energisa na rubrica investimentos. que serão convertidos em aportes de recursos em capital social e reserva de capital a serem definidos pela administração.

	2025	2024
<b>Saldo em 2024 e 2023</b>	<b>940.291</b>	<b>502.421</b>
Aporte de capital conf. AGE de 25/04/2025	(940.291)	(502.421)
Energisa S/A	180.000	940.291
<b>Saldo em 2025 e 2024</b>	<b>180.000</b>	<b>940.291</b>

## 12. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora			
	Custo do Serviço	Despesas Operacionais	Total	
	Custo de Operação	Gerais e Administrativas	2025	2024
Pessoal e administradores	-	2.045	2.045	1.150
Programa de remuneração variável (ILP)	-	207	207	-
Benefícios pós emprego	-	14	14	-
Material	11	2	13	-
Serviços de terceiros	-	1.663	1.663	4.330
Outras	-	39	39	20
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>3.970</b>	<b>3.981</b>	<b>5.500</b>

## 13. Receitas e despesas financeiras

	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>		
Receita de aplicação financeira	3.120	5.744
Tributos sobre receitas financeiras - PIS/COFINS	(602)	(267)
Outras receitas financeiras	1.555	-
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>4.073</b>	<b>5.477</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros e multas	(1)	-
Despesas Bancárias/IOF	(3)	(1)
Atualização de mútuos	(8)	(2)
Outras despesas financeiras	-	(1)
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(12)</b>	<b>(4)</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>4.061</b>	<b>5.473</b>

## 14. Lucro básico por ação

Cálculo de lucro por ação em milhares, exceto valor por ação:

Resultado básico por ação	2025	2024
Lucro líquido do exercício	69.115	39.016
Média ponderada das ações	1.422.761	401.087
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ <sup>(1)</sup></b>	<b>0,0486</b>	<b>0,0973</b>

<sup>(1)</sup> A Companhia não possui instrumento diluidor.

## 15. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

### Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativos</b>					
<b>Custo amortizado:</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	1	1.844	1.844	30.659	30.659
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos	1	81.015	81.015	-	-
		<b>82.859</b>	<b>82.859</b>	<b>30.659</b>	<b>30.659</b>
<b>Passivos</b>					
<b>Custo amortizado:</b>					
Fornecedores	1	116	116	328	328
		<b>116</b>	<b>116</b>	<b>328</b>	<b>328</b>

As características operacionais e a estrutura patrimonial da Companhia colocam-na em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 2025, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

### Administração financeira de risco

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

#### a) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro".

#### b) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

## 16. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2025, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2025
<b>Atividades de financiamento</b>	
Aumento de Capital	940.291
<b>Incorporação – Energisa Distribuição de Gás Nordeste S.A. (EDGNE)</b>	
Caixa e Equivalente de Caixa	59
Aplicação Financeiras no Mercado Aberto	44.712
Tributos a Recuperar	72
Partes Relacionadas	33.084
Participações societárias permanentes <sup>(1)</sup>	891.708
Fornecedores	(12)
Tributos e contribuições a pagar	(1.555)
Outras contas a pagar	(22)

## 17. Eventos subsequentes

### 17.1 Dividendos do exercício de 2025

A Diretoria da Companhia em reunião realizada em 19 de março de 2026, aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro do exercício de 2025, no montante de R\$63.004.287,27, equivalentes a R\$0,36288788 por ações totais do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir do dia 20 de março de 2026, com base na posição acionária da Companhia em 19 de março de 2026, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

## Diretoria Executiva

Debora Cardoso Vieira  
Diretora Presidente

Maurício Perez Botelho  
Diretor Financeiro e Administrativo

Ricardo Perez Botelho  
Diretor

Paulo Gonçalves Homem  
Diretor

Rodolfo da Paixão Lima  
Diretor

Rodolfo da Paixão Lima  
Contador  
CRC-RJ 107.310/O-0

# **Energisa Distribuidora de Gás S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2025 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da  
Energisa Distribuidora de Gás S.A.  
Cataguases - MG

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Distribuidora de Gás S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Distribuidora de Gás S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida aos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Antônio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC nº 1 RJ 065976/O-4